

## NACIONALISMO NA ÍNDIA DE NARENDRA MODI E DO BHARATIYA JANATA PARTY (BJP)

*Narendra Modi, the Bharatiya Janata Party (BJP) and Nationalism in India*

João Paulo Nicolini Gabriel<sup>1</sup>

Henoch Gabriel Mandelbaum<sup>2</sup>

Carlos Eduardo Carvalho<sup>3</sup>

Marcel Artioli<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup>Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil. **E-mail:** [joao\\_paulo\\_apd@hotmail.com](mailto:joao_paulo_apd@hotmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4239-3522>.

<sup>2</sup>Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil. **E-mail:** [henoch@usp.br](mailto:henoch@usp.br). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5882-9327>.

<sup>3</sup>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. **E-mail:** [cecarv@pucsp.br](mailto:cecarv@pucsp.br). **ORCID:** <http://orcid.org/0000-0002-2962-9422>

<sup>4</sup> Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, SP, Brasil. **E-mail:** [marcel.artioli@unesp.br](mailto:marcel.artioli@unesp.br)  
**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6007-3848>.

Recebido em: 30 mai. 2021 | Aceito em: 02 dez. 2021.

## RESUMO

O artigo analisa peculiaridades significativas do governo Modi dentre os nacionalismos "de direita". Elementos tradicionais indianos sustentam personalismo e chauvinismo religioso. Medidas de liberalização econômica se mesclam com estratégias estatais de desenvolvimento, como desde os anos 1990, com ênfase em setores de alta tecnologia. Leis agrícolas para modernizar a atividade rural encontraram forte reação de milhões de agricultores. Reformas na tributação e no sistema monetário buscam fortalecer o Estado e concentrar poder no governo central. A política externa mantém orientações tradicionais para transformar a Índia em potência global. Modi cultiva a imagem de líder forte e capaz de estabelecer políticas assertivas em disputas com a China, mas preserva as relações com Pequim. Diversificação de parcerias e negociação de acordos comerciais procuram fortalecer a autonomia nacional e reforçam a concepção de soberania como valor que acompanha historicamente o desejo de modernização produtiva

**Palavras-chave:** Nacionalismo Hindu; Narendra Modi; BJP.

## ABSTRACT

The article analyzes the expressive peculiarities of Modi's administration among "right-wing" nationalisms. Traditional Indian elements underpin personalism and religious chauvinism. Since the 1990s, economic liberalization measures have been intertwined with state development strategies, emphasizing high-tech sectors. Agricultural legislation to modernize rural activity has faced strong reactions from millions of farmers. Tax and monetary system reforms seek to strengthen the state and concentrate power in the central government. The foreign policy maintains traditional guidelines to morph India into a global power. Modi cultivates the image of a strong leader capable of establishing strategies in disputes with China while preserving relations with Beijing. Diversification of partnerships and negotiation of trade agreements aim to highlight national autonomy and the concept of sovereignty as a value that historically accompanies the desire for productive modernization.

**Keywords:** Hindu nationalism; Narendra Modi; BJP.

## INTRODUÇÃO

Desde o início do governo do *Bharatiya Janata Party* (BJP), liderado por Narendra Modi, em 2014, analistas internacionais consideram a Índia como caso típico do fenômeno "nacionalismo de direita" na Ásia (cf. Miller 2018; Wojczewski, 2020) e no mundo (Ikenberry, 2017; Moffitt, 2016). A aproximação com Trump, Netanyahu e Bolsonaro e bandeiras políticas religiosas, culturais, e anticorrupção do BJP reforçaram esta percepção. Contudo, a análise de aspectos relevantes de políticas externas e internas do governo Modi mostra peculiaridades significativas.

No campo da política externa, a Índia mantém paradigmas historicamente presentes (Jaishankar, 2020; Pande, 2017), sem se comprometer com alianças, mesmo que lideradas por chefes de estado considerados próximos de Modi (Gabriel; Mandelbaum; Carvalho 2020; Plagemann; Destradi 2019). Embora se aproxime de potências ocidentais como contraponto geopolítico à China, a atuação internacional do atual governo não abdica da autonomia em temas econômicos e diplomáticos. Em votações nas Nações Unidas, por exemplo, a Índia demonstra grande aproximação com posições chinesas, como indicado adiante.

Elementos tradicionais indianos ajudam a avançar na centralização de poder em Nova Délhi e nas ambições de transformar a Índia numa potência global capaz de mobilizar todos os seus recursos (cf. Plagemann; Destradi 2019). As políticas de liberalização econômica, em curso desde o início dos anos 1990, têm sido acentuadas em combinação com a capacidade de intervenção do Estado e a ênfase no desenvolvimento de setores estratégicos, como a alta tecnologia (Gabriel; Carvalho, 2020; Carvalho; Gabriel; Artioli, 2019). A combinação destes aspectos mostra contornos de disputas de poder em sentido gramsciano, com a busca de cooptação de diversos grupos sociais para viabilizar os interesses do grupo dominante.

Definições e tipologias mais precisas sobre os processos recentes de nacionalismo enfrentam dificuldades pelo número de casos em países e contextos muito diversos. Uma opção é reduzir o nível de análise e observar atentamente as dinâmicas de cada governo por meio de estudo de caso (cf. Luo; Przeworski 2019). Este artigo procura destacar peculiaridades do governo de Narendra Modi. Entender o que representa a atual administração do BJP não se beneficiaria por um esforço de caracterização dentro de um quadro internacional.

O artigo analisa o nacionalismo do governo Modi com base em suas principais políticas no campo econômico e social e em sua atuação internacional. Discute inicialmente as principais concepções que compõem os sentidos de nacionalismo na Índia. Essa revisão bibliográfica apresenta, em forma de descrição histórica, o desenvolvimento dessas formas de pensamento e como se relacionam com os fundamentos normativos do BJP e também com os entendimentos pessoais de Modi. Como a presença personalista do líder é aspecto relevante da atual plataforma governamental, vale a pena se debruçar sobre os entendimentos que visa externalizar em seus discursos. Posteriormente, esse estudo destaca aspectos das políticas econômicas e sociais do atual governo e suas ações no campo internacional, como elementos qualitativos para avançar em sua caracterização.

## **ORIGENS E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO NACIONALISMO HINDU**

O nacionalismo é uma ideologia moderna que se baseia na história, religião, crenças, costumes e tradições para estabelecer uma ideia de comunidade e laços intensos de solidariedade grupal que servem aos propósitos do estado-nação (Smith, 1995; Kingston, 2017). Adota-se aqui o entendimento de *nação* como “comunidade política imaginada” (Anderson, 2006, p. 6) – imaginada porque os membros da nação “nunca conhecerão, encontrarão ou ouvirão falar sobre a maioria dos outros membros, apesar de que na mente de cada um exista a imagem de sua comunhão” (Idem, *ibidem*, tradução nossa).

Para Anderson, todas as comunidades maiores do que uma vila primeva são imaginadas. São igualmente imaginadas como *limitadas*, pois têm fronteiras delimitadas, ainda que elásticas, além das quais existem outras nações. O autor caracteriza como elemento central no processo de emergência dos nacionalismos a aparição de impressos em língua vernácula, de modo que incute nos indivíduos a ideia de nação por compartilharem uma língua comum, processo que os diferencia de falantes de outras línguas (ou de variantes regionais de uma mesma língua), tanto vizinhos quanto oriundos de metrópoles coloniais. Tal “mercado editorial” também depende de um público que consuma essas obras, mais precisamente, famílias de classes leitoras. Este processo ocorreu ao redor do mundo principalmente no final do século XIX, promovido por lexicógrafos, gramáticos, filólogos e literatos (Anderson, 2006).

Na Índia, elementos históricos no entendimento geopolítico do país (Jaishankar, 2020; Ribeiro, 2019) e antigas interações sociais moldaram práticas culturais presentes até hoje na sociedade indiana (Aiyar, 2020). O sentimento de pertença à civilização indiana é força motriz das relações construídas entre o país e suas diásporas (Abraham, 2014; Gabriel, 2019; Mações, 2020).

O poder das ideias acompanhou a política externa da Índia desde a independência, em 1947 (Hall, 2017). Aspectos civilizacionais sempre motivaram concepções sobre o papel do país no sistema internacional. A presença da Índia no jogo internacional de regras ocidentais sempre foi caracterizada pela compreensão de si mesma como um “estado-civilização” (Kumar, 2002; Mações, 2020), um país cuja elite política afirma representar uma civilização distinta (Rachman, 2019). O Estado indiano se constituiu como um estado-nação pós-colonial, parte de um projeto nacionalista anticolonial. Já a ideia de Índia como um estado-civilização ganhou força para lidar com a diversidade linguística, religiosa e cultural, embasada no orgulho da antiga civilização indiana (Therborn, 2021). Assim, a Índia é um país de maioria hindu e diversos componentes morais e de autodeterminação fazem parte do imaginário nacional, independente do grupo político que ocupa posição de liderança.

Porém, o BJP procura transformar a identidade nacional indiana, baseada na ideia de “estado-civilização indiano” (que não tem continuidade histórica estatal, religiosa e política), em uma ideia de “estado-civilização hindu”, escorada em uma narrativa de continuidade da civilização hindu por milhares de anos, e que ao mesmo tempo exclui minorias religiosas, como os muçulmanos (Therborn, 2021; Saleem, 2021). Este processo é chamado de “safronização da Índia” (Santos, 2021), referência à cor do açafrão, associada ao hinduísmo desde os anos 1920, que significa “desapego do mundo físico” (Jha, 2014).

O surgimento do nacionalismo pode ser situado na revitalização religiosa e literária entre os hindus de castas altas de Bengala e Maharashtra, no final do século XIX, ainda no Raj Britânico (1858-1947). Os nacionalistas eram na sua maioria jovens e descontentes com os membros do Indian National Congress (INC)<sup>5</sup>, considerados traidores que impediam o desenvolvimento nacional por se associarem com governantes estrangeiros. Os nacionalistas converteram o

---

<sup>5</sup> O INC foi fundado em 1885 e governou a Índia quase ininterruptamente de 1947 até a eleição de Modi, em 2014.

conceito hindu de *moksha*, a libertação do espírito como forma de autorrealização, na ideia do despertar da nação indiana como a única forma de concretizar sua força inata e sua unidade a fim de se libertar do domínio colonial. O ideólogo nacionalista hindu Vinayak Damodar Savarkar (1883-1966) publicou em 1923 o panfleto *Hindutva: Who is a Hindu?*, no qual explicava sua ideia de nação, hinduísmo e nacionalidade, de modo que excluía pessoas de religiões diferentes (Rothermund, 1970; Jaffrelot, 2007).

Para Savarkar, os que não são hindus não poderiam ser considerados inteiramente indianos e as minorias religiosas deveriam demonstrar respeito publicamente aos símbolos do hinduísmo, por serem os hindus o povo mais antigo da Índia. Os hindus seriam os descendentes dos compiladores do Veda<sup>6</sup>, que teriam habitado a mítica terra sagrada de Aryavarta, localizada na região entre os Himalaias e os Montes Vindias. O sânscrito e, por consequência, o hindi, seriam as línguas primordiais dos indianos. E assim estabelecia os três pilares do nacionalismo hindu: “Hindu, Hindi, Hindustão” (Savarkar, 1969; Jaffrelot, 2007).

Inspirado pela obra de Savarkar, o ativista político Keshav Baliram Hedgewar (1889-1940) fundou em 1925 a *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (RSS)<sup>7</sup>, de caráter nacionalista e paramilitar. A RSS queria desenvolver “autorrespeito, unidade e coragem” dos hindus (Bhatt, 2001, p. 118) para romper o “domínio estrangeiro” (ingleses e muçulmanos) e consolidar a nação hindu. Apesar de constituir uma forma radical de nacionalismo étnico, a ideologia da RSS apresentava diferenças relevantes se comparada com o fascismo, então em ascensão no Ocidente, em três aspectos: 1) a organização não era fortemente associada a um líder; 2) o Estado era considerado como um agente secundário de transformação nacional; e 3) a “raça”, em contraste com o nazismo, era subordinada à sociedade, no sentido de que a preocupação da RSS era sobretudo com a “unidade cultural da sociedade indiana” por considerá-la como a matriz da nação hindu, o que exigia a assimilação das minorias religiosas à cultura dominante (hindu) (Jaffrelot, 1996, 2016). A RSS buscava transformar a sociedade hindu seguindo uma forma de organicismo baseada no sacrifício do indivíduo. Sua ambição era penetrar por toda a sociedade por meio de sua rede de *shakhas* (em sânscrito, “células”). Em 1947, à época da independência, a RSS reunia 600.000 membros (Jaffrelot, 1996; Bhatt, 2001; Bose, 2018).

Esta fase do nacionalismo hindu terminou logo após a independência, com o assassinato do líder pacifista Mahatma Gandhi (1869-1948) por Nathuram Godse, membro de uma organização chauvinista. O presidente Jawaharlal Nehru banuiu a RSS, tida como exército privado que ameaçava o governo civil, e foram presos 20.000 de seus membros (Jaffrelot, 1996). A partir de então, a RSS procurou se tornar o centro da *Sangh Parivar*<sup>8</sup>, a família de organizações do

---

<sup>6</sup> O *Veda* é um termo usado para designar alguns dos textos mais importantes do hinduísmo, escritos em sânscrito entre 1500 e 600 a.C., segundo estimativas. Cf. Dalal, 2014.

<sup>7</sup> Em português, Organização Voluntária Nacional. Cf. Bhatt, 2001.

<sup>8</sup> Em português, literalmente, “Família de Organizações”, também chamada de “Família da RSS”. Cf. Jaffrelot, 1996.

movimento nacionalista hindu que formou um partido político, o Bharatiya Jan Sangh (BJS), em 1951, renomeado como BJP em 1980 (Bose, 2018; Visweswaran *et al.*, 2009).

O nacionalismo hindu ganhou força com a “Peregrinação de Rama”, *Ram Rath Yatra*, em sânscrito (Chakrabarty; Jha, 2020). Em 1990, Lal Krishna Advani (n. 1927), um dos principais líderes do BJP, percorreu em automóveis, acompanhado por milhares de simpatizantes a pé, 10 mil quilômetros entre Somnath e Ayodhya em defesa da construção do templo de Rama no lugar da Mesquita Babri, erguida no século XVI, durante a Dinastia Mughal (1526-1857). A Peregrinação foi um dos maiores espetáculos que a Índia havia visto em décadas e aumentou consideravelmente o apoio popular à causa nacionalista hindu. O BJP continuou a defender de modo ferrenho a construção do templo de Rama mesmo após a destruição da Mesquita Babri, em 1992 (Chakrabarty; Jha, 2020; Vaishnav, 2019).

O BJP aponta o secularismo como importação ocidental, em total desacordo com as condições indianas, o que faz o nacionalismo hindu parecer retrógrado. Defende que o uso do conceito de secularismo por parte da oposição encorajou o domínio de grupos minoritários na política e que essa prática teria inculcado na população hindu um complexo de inferioridade e até de hostilidade em relação à “essência hindu” da vida indiana (Chakrabarty; Jha, 2020).

O primeiro-ministro e seus formuladores de política internacional se distanciam de uma identificação plena com as principais fontes teóricas do BJP (Jaishankar, 2020). O objetivo normativo de transformar a Índia num *vishwaguru* (em sânscrito, “guru mundial”) organiza um pensamento que deriva de estudos do intelectual bengali Swami Vivekananda (1863-1902) (Hall, 2017). Os ensinamentos de Vivekananda constituem a imagem de líder que Modi procura passar à população: uma pessoa sem vícios, trabalhadora, valorizadora da cultura local (e.g., praticando ioga) e que se dedica a ajudar sua comunidade (Hall, 2017).

Com isso, o governo expõe, no campo internacional, o entendimento desse pensador sobre promover o desenvolvimento e modernização com bases espirituais; isto é, colocar a Índia numa posição de grande potência tanto por meios materiais quanto pela manutenção de ideários nacionais. A instrumentalização do pensamento de Vivekananda pelo BJP não apenas oferece uma alternativa de visão mundial mais próxima dos valores pós-coloniais, como dilui o nacionalismo hindu dentro de uma corrente filosófica centrada na harmonia nas relações interpessoais e entre os seres humanos e a natureza, com vistas a transformá-lo em uma forma de *soft power* indiano, promovendo sua aceitação no exterior. Isso está expresso na ideia propalada por Modi de que o pensamento e as práticas hindus, incluindo o vegetarianismo, possuem lições que podem ajudar o mundo a combater as mudanças climáticas e a proteger o meio ambiente global. Também defendeu o papel positivo da religião na mitigação das guerras civis e internacionais, incluindo o terrorismo (Hall, 2017).

No ambiente político doméstico, tal visão se apresenta mais viável eleitoralmente para atrair o apoio necessário de grupos sociais. Os preceitos nacionalistas hinduístas do BJP tradicionalmente defendem aspectos controversos para aceitação de grande parte da população do país, tais como valores relacionados ao sistema de castas. Modi, por ser um líder carismático e

advindo de uma casta fora do contexto político, serviu como exemplo também para muitos jovens pelos discursos com os valores de Vivekananda. Ademais, tais valores se combinam com a estratégia personalista de Modi, com a busca de valorizar sua imagem e enfatizar uma aproximação entre Nova Délhi e as diferentes regiões do país. Cabe destacar a massiva presença de Modi nas campanhas do BJP e em suas políticas públicas – por exemplo, o fundo de assistência social contra os efeitos da pandemia de Covid-19, chamado de “*PM Cares*” (referência ao cargo de primeiro-ministro), a inauguração de grande estádio que leva seu nome e também sua foto nas carteiras de vacinação.

### O NACIONALISMO HINDU E O GOVERNO MODI

A ascensão de Narendra Modi (n. 1950) a primeiro-ministro em 2014, chamada de “*Tsunamodi*” (o BJP venceu em todos os distritos do norte e do oeste da Índia), foi inesperada inclusive por ele ser da casta *modh ganch*, casta de nível estamental inferior de Gujarat, cujos membros se dedicam à produção de óleo em pequena escala, em um país onde famílias de castas altas com tradição na política dominam as principais posições de poder (Sitapati, 2020).

Modi adotou uma plataforma populista, lançando-se como um candidato “antissistema”, representante “do povo” contra as elites corruptas e espiritualmente decadentes que controlam a política, a economia e a sociedade da Índia (Plagemann; Destradi, 2019). O BJP também realizou a divulgação de notícias falsas (*fake news*) nas redes sociais para desacreditar Rahul Gandhi, o principal rival de Modi nas eleições, acusando-o de ser “muçulmano”, “toxicodependente”, “casado com uma não-hindu” e de “possuir filhos ilegítimos que mantêm em segredo” (Jaffrelot, 2021). E explorou a série de escândalos de corrupção que mancharam a imagem do INC, como o “Escândalo dos Jogos da Commonwealth”<sup>9</sup> (2010) e o “Escândalo dos Helicópteros”<sup>10</sup> (2013).

Após dez anos como primeiro-ministro, Manmohan Singh (2004-2014) entregara a chefia do INC para o inexperiente Rahul Gandhi (n. 1970). Enquanto a Índia apresentava crescimento econômico de 6% a 7% ao ano, Modi propagandeou o “modelo de Gujarat”, onde atuou como ministro-chefe entre 2001 e 2014, com taxas de crescimento anual de 10,6% (Kanungo, Rowley, e Banerjee, 2018). O BJP também se beneficiou de ter fornecido serviços sociais (p.ex. educacionais e de saúde) para populações de regiões desassistidas desde os anos 1990, o que aumentou seu apoio nas castas baixas. O BJP igualou ou superou o INC entre o eleitorado dalit<sup>11</sup> e adivasi<sup>12</sup> de estados onde havia construído redes de provisão de serviços sociais (Thachil, 2014). Além disso, o

<sup>9</sup> Em 2010, o presidente do Comitê Organizador dos Jogos da Commonwealth, Suresh Kalmadi, parlamentar pelo CNI, e outras nove pessoas foram indiciadas por fraude, conspiração, e o desvio de aproximadamente 9,3 bilhões de dólares do erário público durante a realização dos Jogos em Nova Délhi. Kalmadi passou dez meses na prisão e saiu após pagar uma fiança de 11 mil dólares. Cf. Time of India, 2020.

<sup>10</sup> Entre 2006 e 2007, membros do governo liderado pelo CNI aceitaram um suborno no valor de 33 milhões de dólares, pago pela empresa aeroespacial italiana *Finmeccanica*, para vencer a licitação da compra de 12 helicópteros militares que serviriam à Força Aérea Indiana, ao Presidente, ao Primeiro-Ministro, e a outros políticos de alto escalão. O caso veio a público em 2013. Cf. Kumar, 2016.

<sup>11</sup> Considerada a mais baixa das castas da Índia, seus membros são chamados pejorativamente de “intocáveis”. Cf. Thachil, 2014.

<sup>12</sup> Palavra usada para populações “indígenas” da Índia, que mantêm modos de vida tradicionais. Cf. Thachil, 2014.

BJP explorou a sensação de vulnerabilidade da população hindu em relação aos muçulmanos, cujas raízes se estendiam à onda de atentados terroristas islâmicos que varreram o país no início dos anos 2000 (Jaffrelot, 2021). A campanha de Modi também teve sucesso por conseguir o apoio da nova classe média e dos setores populares por meio de promessas de desenvolvimento econômico e de geração de empregos (Jaffrelot, 2021).

A derrota do INC reduziu o partido a menos de um décimo dos assentos da *Lok Sabha* (a câmara baixa do Parlamento da Índia) e governa apenas poucos estados. A hegemonia do BJP hoje pode ser comparada à do INC nas primeiras décadas após a Independência, sob Jawaharlal Nehru (1889-1964) e sua filha, Indira Gandhi (1917-1984), quando um único partido com uma figura de proa carismática comandava o cenário nacional e predominava em nível estadual-provincial. Pode-se afirmar que as eleições de 2014 marcaram uma transição da hegemonia do INC para o BJP na política indiana (Vanaik, 2018).

A Índia sustenta desde a Independência um sistema eleitoral robusto que resguarda o direito ao voto secreto. O governo Modi não aprovou nenhuma lei que restrinja as liberdades individuais, mas tem aplicado o volumoso corpo legal do período colonial britânico para limitar a liberdade de expressão, de assembleia, de movimento e de financiamento daqueles considerados como “antinacionais” ou como ameaça à ordem pública (Hansen, 2019). É o caso da Lei de Sedição (1870), que proíbe “palavras, tanto faladas quanto escritas, ou sinais, ou representação visual, [...] que causem, ou tentem causar, oposição ao Governo estabelecido pela lei” (Ratanlal e Dhirajlal, 2020, p. 498, *tradução nossa*). Outra lei com potencial de limitar a liberdade de expressão é o Ato de Apresentações Teatrais (1876), que veta “apresentações teatrais que causem sentimentos entre o povo contra o governo no poder ou que corrompam pessoas na apresentação” (Awasthi, 2018, *tradução nossa*).

A liberdade de expressão tem sido alvo constante do governo e de seus partidários (Ganguly, 2019) com redução crescente da liberdade de expressão da mídia e da sociedade civil. Alega-se que os principais meios de comunicação foram cooptados por Nova Délhi via acesso privilegiado a recursos ou pressão institucional (Goel; Gettleman, 2020). O governo indiano raramente utilizava censura antes do mandato de Modi, mas desde então ações relacionadas se tornaram rotineiros e não estão mais restritos a questões estatais de natureza sensível. O governo tem usado leis contra sedição, difamação e contraterrorismo para silenciar seus críticos. Por exemplo, mais de 7.000 pessoas foram acusadas de sedição depois que o BJP assumiu o poder e a maioria dos acusados são críticos do partido (Pillai e Lindberg, 2021). Modi também tem usado o Ato de Prevenção de Atividades Ilegais, de 1967, para assediar, intimidar, e prender opositores políticos, manifestantes contra políticas governamentais, e acadêmicos que criticam o governo. Ao mesmo tempo o governo passou a controlar quais organizações da sociedade civil (OSCs) podem existir e tem se utilizado da legislação vigente para restringir a entrada, saída e o funcionamento de OSCs no país, além de dificultar o uso de financiamento estrangeiro por essas organizações. Por outro lado, as OSCs que se alinham a movimentos chauvinistas hindus passaram a gozar de maior liberdade.

Também há crescentes tensões sociais entre etnias e movimentos sociais chauvinistas apoiados por setores do BJP. Milícias de nacionalistas hindus aumentaram as campanhas contra o abate de vacas, contra a conversão religiosa de hindus para outras religiões e contra relações entre homens muçulmanos e mulheres hindus. Vários estados passaram leis que criminalizam a venda e posse de carne bovina e que dificultam conversões religiosas. Em julho de 2016, o BJP lançou um projeto de lei que facilita a aquisição de cidadania indiana para refugiados de qualquer religião em fuga de perseguição religiosa no Paquistão, Afeganistão e Bangladesh, mas exclui deliberadamente os refugiados muçulmanos. Essa lei foi aprovada em dezembro de 2019, apesar de violar a Constituição indiana, que proíbe a discriminação religiosa (Plagemann e Destradi, 2019; Pillai e Lindberg, 2021).

Os muçulmanos se tornaram as vítimas preferenciais do governo de Modi. Milícias hindus, como a Associação de Proteção à Vaca (APV); em hindi, *Gau Raksha Dal*. Cf. Jaffrelot, 2019.), intensificaram o linchamento e o assassinato de açougueiros, leiteiros e transportadores de gado muçulmanos, geralmente com a conivência das forças de segurança locais. Apenas em 2017, houve 34 linchamentos relacionados a vacas, em comparação com 25 em 2016, 13 em 2015, 3 em 2014, 1 em 2013, e 1 em 2012 (Jaffrelot, 2019). Somado a isso, os muçulmanos se tornaram o grupo mais assediado pelas forças policiais, compostas principalmente por hindus. Em 2018, 64% dos muçulmanos relataram que se sentem “‘altamente’ ou ‘um tanto’ temerosos da polícia” (Jaffrelot, 2019, p. 45, *tradução nossa*).

Embora haja essa sinalização de maior espaço para grupos nacionalistas hindus no cenário político, para o governo de Modi isso não é um fim em si mesmo, pois a violência perpetrada por essas organizações extremistas supostamente beneficiaria os objetivos do BJP de três formas: 1) uma constituição pluralista<sup>13</sup> dificulta o cerceamento dos direitos de minorias por meio de medidas legislativas, então os linchamentos emergem como uma estratégia extralegal para minar esses direitos - p.ex. diversos açougueiros muçulmanos aceitaram encerrar seus negócios durante a onda de ataques por milícias hindus; 2) populistas de direita podem explorar politicamente casos de linchamentos de “transgressores” locais, retratando-os como a retomada do controle da nação pelo “povo” contra os “inimigos nacionais” - p.ex., sobre os linchamentos contra muçulmanos, Modi disse que, na verdade, aqueles que estariam causando a violência “podem ser identificados por suas roupas” (apud Chowdhury, 2021); e 3) a cumplicidade estatal permite que linchamentos fiquem impunes - p.ex. políticos do BJP têm clamado por violência contra aqueles suspeitos de consumir carne, o que equivale a uma permissão aos seus associados locais para que brutalizem membros de minorias religiosas (Jaffrey, 2021; Vashney, Ayyangar e Swaminathan, 2021).

---

<sup>13</sup> A Constituição indiana é do tipo pluralista, ou seja, é “uma constituição que reconhece as pluralidades internas dentro da sociedade e atua para acomodar em vez de eliminar estas pluralidades” (Neo e Son, 2019, p. 4). Assim, o texto constitucional indiano protege a liberdade de crença das minorias religiosas e não permite que sejam criadas leis que limitem tal direito. Cf. Neo e Son, 2019; Rai, 2020.

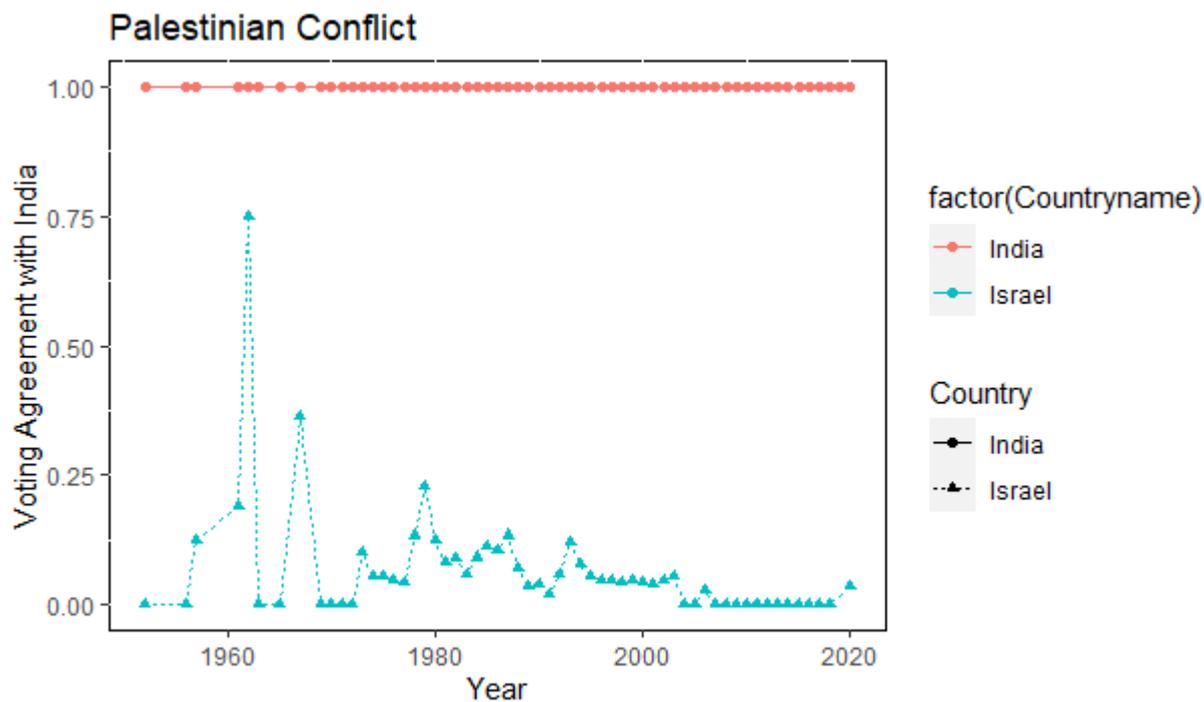
## NACIONALISMO E CONTINUIDADE NA POLÍTICA EXTERNA

A ênfase em colocar a Índia como potência global prestigiada reforçou questionamentos sobre as intenções do BJP e de Modi sobre mudanças de rumo na política externa, mas o que se observa é o desejo de manter posições tradicionais do país (Miller e Estrada, 2017; Ganguly, 2019). A aproximação com parceiros e a negociação de acordos comerciais buscam preservar a autonomia nacional e seguem a concepção de soberania como valor que acompanha historicamente o desejo de modernização produtiva (Pande, 2017). Modi mantém posições pragmáticas, caso da aproximação com países árabes com motivações comerciais e também para se contrapor ao Paquistão no mundo islâmico.

A maior assertividade na aproximação com Israel é exemplar. Apesar de ambos não terem estabelecido relações diplomáticas plenas até 1992, Nova Délhi e Tel Aviv mantêm intensa cooperação na área de defesa desde a década de 1960, e se ampararam em momentos de conflito, por meio do envio de armamentos. Também data desta época o início de uma importante colaboração entre os serviços de inteligência das duas nações – o *Mossad* e a *Research and Analysis Wing* (R&AW) – focada no intercâmbio de informações e no combate ao terrorismo (Ramana, 2008). Contudo, a eleição de Modi, em 2014, constituiu uma nova fase nas relações entre a Índia e Israel, pois o governo do BJP deseja aprofundar os laços diplomáticos com países do Oriente Médio, região crucial para as necessidades energéticas indianas (Kumaraswamy, 2018). Esses laços diplomáticos foram fortalecidos pelas boas relações pessoais entre Modi e Benjamin Netanyahu (2009-2021), igualmente notório pela natureza populista e conservadora de seu governo (Kumaraswamy, 2018; Leslie, 2017). Para além do fortalecimento da parceria bilateral nos setores de tecnologia e segurança (Pant, 2020; Khan, 2020), a cooperação promete aprofundar-se no campo econômico com a formação de um arranjo quadrilateral de cooperação econômica entre a Índia, Israel, os Emirados Árabes Unidos e os Estados Unidos, anunciado em outubro de 2021, que se focará na construção conjunta de infraestruturas de comércio, transportes e segurança marítima (Ningthoujam, 2021).

Essa nova iniciativa explicita a natureza pragmática da política externa de Nova Délhi para o Oriente Médio, pois permitirá a expansão da influência indiana na região e pavimentará o caminho para o desenvolvimento de projetos econômicos e estratégicos com países árabes, como a Arábia Saudita, o Bahrein, a Jordânia, Omã, e o Egito (Ningthoujam, 2021). Além disso, o governo de Modi não abdica de posições históricas contrárias às políticas do governo israelense em questões palestinas durante votações na ONU, em que a Índia apresenta concordância de votos com Israel em valores quase nulos, beirando 0%.

**Gráfico 1-** ONU, concordância de votos de Israel com votos da Índia em questões sobre o conflito palestino (1950-2020)



Fonte dos dados primários: Voeten, Strezhnev, Bailey (2009). *Elaboração própria*.

Nota: As legendas à direita do gráfico indicam primeiro as cores em que estão representados os países e depois a forma dos pontos utilizados.

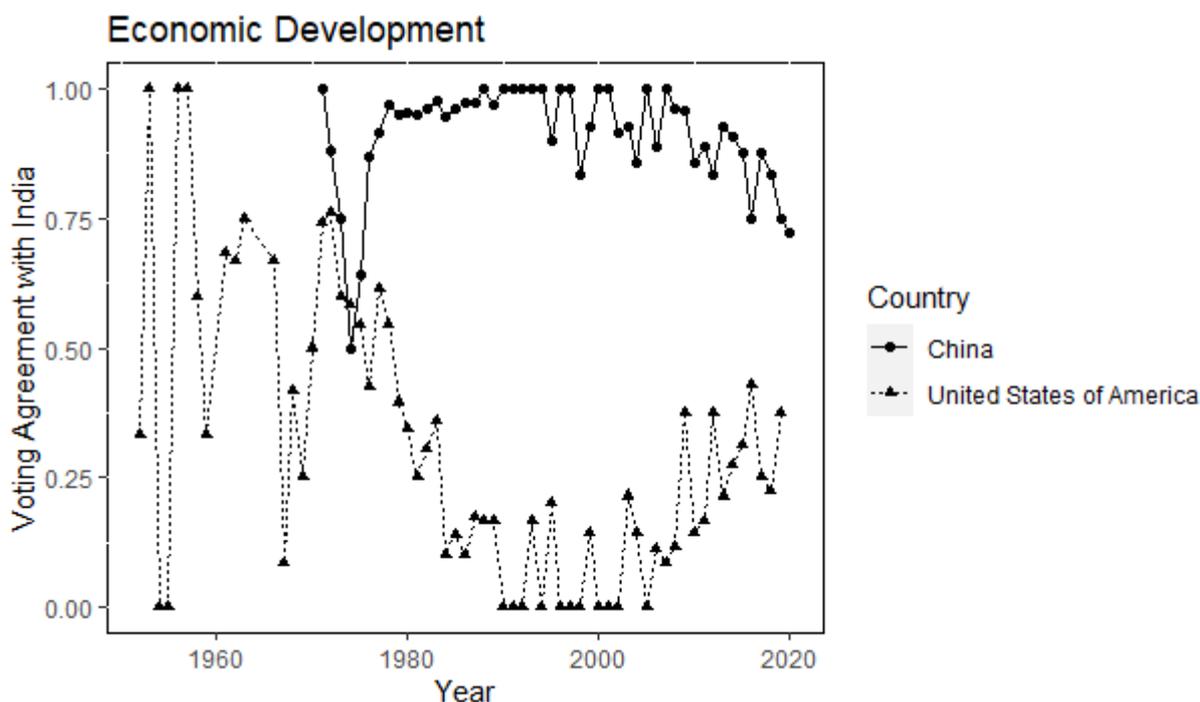
No contexto geopolítico, Modi cultiva a imagem de líder forte e capaz de estabelecer políticas assertivas em disputas regionais com a China. Porém, no BRICS, a Índia procura se beneficiar dos recursos do Novo Banco de Desenvolvimento (Carvalho et al., 2015; Gabriel e Carvalho, 2015), mesmo em momentos de conflitos com a China. Nova Délhi pressiona parceiros como o Brasil a apoiar suas reivindicações no combate ao terrorismo praticado por jihadistas (Daldegan e Carvalho, 2021a; 2021b). A mudança de *status* administrativo da Caxemira foi iniciativa dura e muito questionada no exterior, em especial em Pequim e Islamabad, mas o governo indiano não quer sugerir alinhamento do país com os Estados Unidos nas disputas geopolíticas. Mesmo o alarmante recrudescimento de disputas regionais por território e influência com a China tem sido contornado preferencialmente por vias diplomáticas, enquanto a população aumenta seu sentimento antichinês e o governo procura ganhar apoio com a narrativa de postura forte contra Pequim (Jaishankar, 2020).

Analistas americanos apostam que a Índia seria um futuro pilar de sua política externa para o Indo-Pacífico (Gabriel, Mandelbaum e Carvalho, 2020). Contudo, mesmo nos arranjos diplomáticos (e.g., Quad), os indianos procuram sempre manter sua autonomia e evitar alianças que os comprometam com problemas e estratégias de outros países. Modi manteve esse paradigma mesmo cultivando imagem próxima de outros líderes nacionalistas, como Donald

Trump. Nesse sentido, o pragmatismo superou qualquer ideia de que o nacionalismo hinduísta sobrepassasse os históricos elementos da política externa indiana.

O governo da Índia não abdica de posicionamentos históricos como a defesa de autonomia vis-à-vis regras dos regimes internacionais. A literatura tradicional de Relações Internacionais costuma dizer que países emergentes têm relutância em adotar medidas que reduzam o nível de soberania sobre tópicos envolvidos em desenvolvimento econômico (cf. Krasner, 1985). Modi mantém abordagem pragmática nas Nações Unidas de maneira inclusive a continuar o processo de convergência de votos com potências emergentes, caso da China. O gráfico 2 mostra que a Índia de Modi vota mais em alinhamento com a China do que com os Estados Unidos em tópicos de economia mundial voltados para a área de desenvolvimento. Nesse gráfico, demonstram-se as relações de paridade de votos de Pequim e Washington com a Índia.

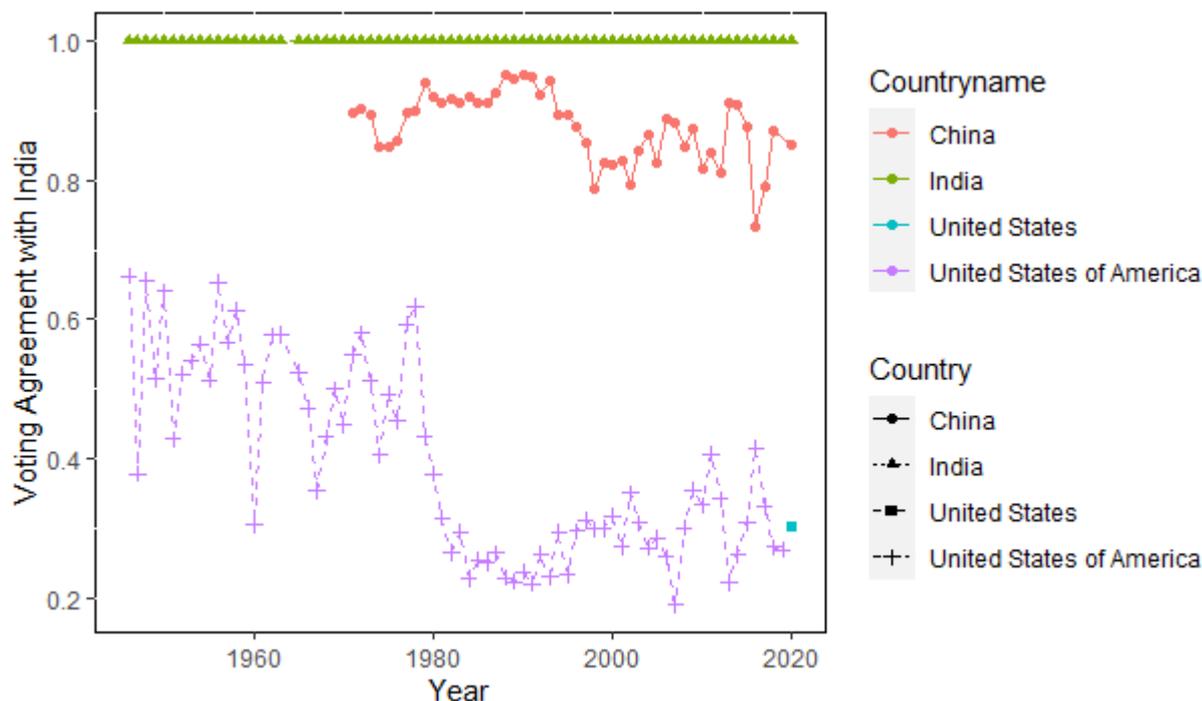
**Gráfico 2:** ONU, concordância de votos da China e dos Estados Unidos com votos da Índia em questões de desenvolvimento econômico (1950-2020)



Fonte dos dados primários: Voeten, Strezhnev, Bailey (2009). *Elaboração própria.*

Observa-se igualmente que a Índia continua mais alinhada em votos gerais na ONU com as posições da China. Como mostra o gráfico 3, a convergência de Nova Délhi e Pequim é muito maior do que os votos com Washington, considerando a totalidade de votos. Nesse gráfico, observam-se a convergência dos votos entre os três países de forma geral, em todas as votações da ONU.

**Gráfico 3:** ONU, concordância de votos da China e dos Estados Unidos com votos da Índia em questões gerais (1950-2020)



Fonte dos dados primários: Voeten, Strezhnev, Bailey (2009). *Elaboração própria.*

Notas sobre as legendas à direita do gráfico: (1) as duas colunas destacam primeiro as cores em que estão representados os países e depois a forma dos pontos utilizados; (2) o trabalho original destaca as votações dos Estados Unidos em 2020 e por isso o nome do país aparece duas vezes, de forma diferente para 2020.

### LIBERALIZAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE PODER: TRÊS INICIATIVAS DE POLÍTICA ECONÔMICA

O governo de Modi procura aumentar o poder do governo central na formulação de políticas públicas e na mobilização de recursos. A busca por fortalecer os poderes de Nova Délhi em detrimento dos parlamentos regionais passa pelas esferas econômicas e sociais. Esta mistura de elementos religiosos com o imaginário do estado como defensor da comunidade e promotor de seu desenvolvimento contesta a hipótese de orientação neoliberal do governo Modi (cf. Carvalho, Gabriel e Artioli, 2019). A liberalização da economia era processo em andamento desde o início da década de 1990 (Ray, 2006; Santana, 2012; Prates e Cintra, 2009), em resposta às dificuldades cambiais e fiscais e ao crescimento econômico lento das décadas anteriores. Pode-se apontar também os temores gerados pela derrocada da URSS, tradicional aliado desde a Independência, que estimulou a revisão de paradigmas de desenvolvimento econômico, e também o sentimento de insegurança frente ao crescimento acelerado da China.

A análise de algumas iniciativas pode contribuir bastante para a compreensão dos objetivos e da natureza do governo Modi. É o caso da reforma monetária do início de 2017, da reforma da tributação indireta em 2018 e dos problemas com os agricultores prejudicados pela liberalização, três temas presentes no projeto de reformas lançado em 1991 (Ray, 2006). Os três casos reforçam o papel decisivo das agendas de desenvolvimento e da combinação contraditória entre liberalização econômica e fortalecimento do Estado, tanto na concentração de poder diante das unidades subnacionais quanto nas capacidades de intervenção no âmbito econômico, o que incluía a reconfiguração das relações institucionais do arranjo federativo.

A discussão sobre nacionalismo na Índia está assim vinculada a uma disputa institucional. O país apresenta um sistema federalista em que o poder de agenda se divide entre o centro e as regiões. Modi procurou estabelecer alterações que privilegiam Nova Délhi nas temáticas tributárias, econômicas e sociais. Nesse ponto, o poder da ideologia é transmitir aos eleitores a noção de que o governo central seria o único capaz de promover crescimento econômico e aumentar o prestígio da Índia no cenário global. Para a aprovação dessas políticas públicas, Modi precisa manter altos índices de aprovação popular visando angariar apoio nas eleições diretas gerais e nos parlamentos regionais. Igualmente, as pessoas necessitam apoiar medidas dramáticas que mexem com suas vidas e econômicas mediante a confiança de que o esforço é benéfico aos seus futuros. Em 2021, por exemplo, o BJP compõe a base governista em 20 estados da federação composta 29 unidades.

Em novembro de 2016 as cédulas de 500 e de 1.000 rúpias (equivalentes a 25 e 50 reais) foram declaradas sem valor legal, devendo ser depositadas em contas bancárias para troca por cédulas novas (Carvalho e Gabriel, 2017). Anunciado de surpresa, o programa gerou protestos e tumultos. Em poucos dias milhões de pessoas deveriam abrir conta em banco e aprender a usá-las. Houve falta de moeda para pagamentos simples e atividades básicas. A situação se normalizou nas semanas seguintes, inclusive com contas movimentáveis pelas digitais do polegar.

A desmonetização teve um enorme custo social e econômico e causou grande miséria na vida de pessoas comuns. Muitas pessoas não conseguiram cumprir suas obrigações sociais devido à indisponibilidade de dinheiro e às restrições desenhadas. Houve queda na indústria, especialmente no setor de pequenas e médias presas e na agricultura, desaceleração do PIB o crescimento e a perda de empregos afetaram severamente a economia (Singh, 2019).

Tratava-se de forçar a bancarização e o uso de meios de pagamento eletrônicos para gerar informações sobre movimentações financeiras, e de reduzir o volume de cédulas falsas. Medidas dessa natureza eram discutidas havia ano para reduzir a informalidade e a corrupção e dificultar a atuação e o financiamento de grupos terroristas, que estariam usando rúpias impressas por eles ou pelo Serviço de Inteligência do Paquistão.

A corrupção e o terrorismo são temas de grande ressonância na população e o combate à evasão fiscal e à corrupção foi apresentado como necessário para o financiamento de programas sociais, como irrigação e apoio a pequenos produtores, de modo a obter apoio ao programa.

Em julho de 2017 entrou em vigor o *Good and Service Tax* (GST), reformando aspectos relevantes do imposto sobre valor adicionado vigente no país e que eram questionados havia anos. A experiência com o IVA pelo mundo gerou consensos sobre a simplificação desse sistema e sobre como contornar os problemas de competência tributária entre governo central e unidades subnacionais.

O GST indiano acompanhou algumas dessas recomendações ao instituir dois tributos, cobrados de forma simultânea: um, da União, incidente em transações entre Estados; e outro, dos Estados, ligado a transações internas dentro dos limites estaduais. Houve o cuidado de estabelecer um mecanismo de compensação aos Estados produtores por dois anos. Em outros aspectos, as recomendações foram ignoradas. Foram criados seis níveis de tarifas, desde isenção para bens essenciais até 28% para bens de luxo, com taxa adicional em alguns casos para compensar possíveis perdas dos Estados nos bens de consumo de massa (Gabriel e Carvalho, 2017).

Propostas de reforma do complexo sistema tributário da Índia eram discutidas havia mais de trinta anos. A criação do IVA foi decidida em 2005, mas ficou a cargo de cada Estado, o que não permitiu eliminar os tributos “em cascata” ao longo da cadeia produtiva. A proposta de unificar as tarifas enfrentou grande resistência dos Estados, principalmente daqueles com grandes programas sociais e influentes partidos regionais, como Tamil Nadu e Kerala, pelo peso da tributação indireta na composição de seus recursos. Para conseguir a aprovação o governo de Modi apelou para sua popularidade e jogou com a maioria que conseguiu na *Lok Sabha*, a câmara baixa, o que facilitou a obtenção de acordos com partidos regionais. A partir de 2016 e 2017, Modi conseguiu aprovar os mecanismos jurídicos para a introdução do GST, inclusive a internalização jurídica pelos Estados (com exceção da Caxemira). A aprovação desses instrumentos vinha sendo protelada nos governos anteriores pela forte oposição, muitas vezes comandada pelo BJP, partido de Modi, que ainda como ministro chefe de Gujarat se mostrava contrário à proposta.

A concentração de capacidade fiscal no governo central queria aprimorar o federalismo complexo que acompanha o país desde a Independência. Em paralelo com a reforma monetária, procurou reduzir a informalidade, a baixa utilização do sistema bancário, a facilidade no uso de dinheiro para financiamento de atividades terroristas e a escassez de recursos do governo central para os ambiciosos planos de desenvolvimento do país.

Críticos apontaram que Modi deveria liberalizar a legislação trabalhista e privatizar empresas e bancos antes de medidas como essas, de forma a reduzir o que chamam de ineficiência do Estado. A direção foi ser outra, mais “asiática”: modernizar e aumentar a eficiência de um Estado grande, em um momento em que a Índia está empenhada em aumentar sua presença diplomática na Ásia e no mundo.

Em setembro de 2020, o parlamento aprovou três projetos de leis agrícolas que afrouxam regulamentações governamentais e facilitam a entrada de empresas no setor, até então bastante protegido. O BJP defendia que as leis eram necessárias para modernizar um sistema arcaico e desatualizado de produção agrícola (Ellis-Petersen, 2020), mas muitos agricultores viam o

desmantelamento de regulamentações, controles de preços e compromissos de compras públicas como ameaça aos seus meios de subsistência (Vanaik, 2021).

Segundo Modi, o objetivo geral das reformas era modernizar a agricultura indiana, pôr fim a um sistema tido como arcaico e desatualizado e dar aos agricultores mais controle sobre os preços de suas safras (Ellis-Petersen, 2020) Os dispositivos legais apresentavam algumas características que merecem destaque: a primeira legislação permitiria que os agricultores vendessem seus produtos fora de sua área se conseguissem preço melhor que nos mercados administrados pelo governo local; a segunda permitiria que agricultores vendessem produtos com antecedência; a terceira permitiria que distribuidores privados (principalmente empresas de processamento de alimentos) estabelecessem operações de depósito em grande escala (Tiwari e Kumar, 2020).

Protestos eclodiram em todo o país, especialmente nos estados de Punjab e Haryana, no norte do país, onde os mercados regulamentados pelo governo são cruciais para a renda das famílias de agricultores (Dow Jones Newswires, 2021). Ignorados pelo governo Modi, os agricultores marcharam para Delhi e se juntaram a uma greve geral nacional. Em 19 de novembro de 2021, depois de um ano de protestos e uma série de negociações malsucedidas, Modi finalmente declarou sua disposição de revogar os três projetos de leis agrícolas. Vale lembrar que a administração do BJP também seguiu tal caminho devido ao fato de que grande parte desses agricultores era oriunda de estados do norte do país – os agricultores do sul demonstraram menos interesse pelos protestos e alguns setores apoiaram o governo. Modi pode ter procurado evitar riscos para seu partido em regiões com eleições próximas, caso de Uttar Pradesh.

Apesar da repressão, os agricultores agregaram forças sociais heterogêneas em torno de interesses comuns: proprietários de terras hindus e muçulmanos, os jats, (sobretudo em “Kisan maha” panchayats, oeste de Uttar Pradesh) se uniram aos dalits, trabalhadores rurais sem-terra, e aos “arthiyas” (intermediários agrários) contra grandes atores corporativos (i.e., multinacionais do agronegócio - como a Monsanto e a DuPont, processadores, atacadistas, exportadores ou grandes varejistas), confederações empresariais, e o governo do BJP. (Ashique, 2021).

A frente ampla contra as leis agrícolas gerou dissensões dentro do BJP. O governador de Meghalaya (no nordeste do país), Satya Pal Malik, criticou o governo por não dar ouvidos às preocupações dos agricultores e chegou a dizer que continuaria a falar pelos agricultores independentemente das consequências (Aron, 2021). O movimento repercutiu e teve apoio no exterior, um golpe na imagem internacional de Modi. A diáspora sikh assumiu a liderança, organizando reuniões de solidariedade e doações na Europa, Austrália e Estados Unidos. Os primeiros-ministros britânico e canadense se manifestaram apoio aos protestos. Este foi um golpe significativo para a criação de imagens internacional de Modi (Bhardwaj e Kumar, 2020; Schmall, 2021). A solidariedade entre classes e castas de agricultores e trabalhadores agrícolas, principalmente de Punjab, Haryana, Rajasthan e oeste de Uttar Pradesh, expôs as contradições internas e impôs uma derrota importante para os planos do governo Modi.

## CONCLUSÃO

O governo de Narendra Modi apresenta peculiaridades relevantes entre os processos atuais de nacionalismo, suficientes para justificar a proposta de estudo de caso. O governo de Modi combina mudanças e manutenção de paradigmas tradicionais da vida política da Índia. O nacionalismo do BJP tem raízes profundas em processos de século XIX, recuperados no governo Modi e incorporados nos discursos e atitudes do primeiro-ministro.

Embora o nacionalismo sirva como força motriz do apelo popular do BJP, as históricas bandeiras de autonomia nas relações internacionais ou participação estatal em setores estratégicos da economia se mantêm. O governo Modi se assemelha com iniciativas do INC no campo de política externa ao manter os interesses indianos em se tornar grande potência, com alinhamentos que sugerem definições autônomas e pouco previsíveis.

O uso das tradições socioculturais serve para construir narrativas eleitorais e melhorar a imagem do governo. Isso legitima suas ações visando centralizar poder e ampliar seu controle sobre as unidades subnacionais e concentrar poder no governo central.

No entanto, o movimento contra as leis agrícolas liberalizantes expôs contradições dentro do projeto político do nacionalismo *hindutva* e seu enredamento com as políticas liberalizantes. Embora a população rural seja dividida em diferentes classes, essas divisões não impediram que os agricultores se mobilizassem em massa contra o aprofundamento da crise agrária e a intrusão de gigantes corporativos.

A liberalização da economia apresenta traços de continuidade com processos das décadas anteriores, que procuraram acelerar o crescimento e romper progressivamente traços relevantes do modelo que prevalecia desde a independência. Enquanto desregulamenta os mercados planejados de produtos agrícolas e aprova reformas tributárias, Modi retira poder de agenda de mecanismos nas mãos dos estados federativos.

A orientação de buscar o desenvolvimento da Índia e fortalecer capacidades estatais indica que fórmulas liberalizantes ocidentais não são aplicadas como fins em si mesmas, mas sim como parte do propósito de projetar a Índia como grande potência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abraham, I. (2014). *How India became territorial: foreign policy, diaspora, geopolitics*. Stanford: Stanford University Press.

Aiyar, S. S. A. (2020). 'Despite Modi, India Has Not become a Hindu Authoritarian State.' *Cato Institute*, (903), pp. 1-26.

Anderson, B. (2006). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

Aron, S. (2021). Satya Pal Malik interview: Was ready to quit post to raise issues of farmers. *The Hindustan Times*, 21 Nov. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/satya-pal-malik-interview-was-ready-to-quit-post-to-raise-issues-of-farmers-101637428106886.html>

Acesso em: 30 de novembro 2021

Ashique, A.T. (2021). The Indian Farmers' Movement Has Shattered Narendra Modi's Strongman Image. *Jacobin Magazine*, 19 novembro. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2021/11/indian-farmers-movement-neoliberal-farm-bills-modi-bjp> [Acesso em: 29 novembro 2021]

Awasthi, S. (2018). 'These five Indian laws owe their origin to British, but are still in practice'. *The Indian Express*, 11 agosto. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/research/these-five-indian-laws-owe-their-origin-to-british-but-are-still-in-practice-4789251/> [Acesso em: 26 abril 2021].

Bhardwaj, M., e Kumar, M. (2020). 'Sikh diaspora drums up global support for farmers' protest in India.' *Reuters*, 18 dezembro. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/india-farms-protests-diaspora-idUSKBN28S0Y6> [Acesso em: 29 novembro de 2021].

Bhatt, C. (2001) *Hindu nationalism: origins, ideologies, and modern myths*. Oxford: Berg.

Bose, S. (2018) *Secular states, religious politics: India, Turkey, and the future of secularism*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press

Carvalho, C. E.; Daldegan, W.; Godoy, L. P. C.; Gomes, N. F. (2015). 'O Banco e o Arranjo de Reservas do BRICS: iniciativas relevantes para o alargamento da ordem monetária e financeira internacional', *Estudos Internacionais*, 3(1), 45-70. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10062>

Carvalho, C. E.; Gabriel, J. P. N. (2017). 'A reforma monetária de Narendra Modi'. *Valor Econômico* <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-reforma-monetaria-de-narendra-modi.ghtml>.

Carvalho, C. E.; Gabriel, J. P. N., Artioli, M. (2019). 'Fiscal federalism, currency, and banking of the poorest for sustainable and inclusive development: a research agenda for India and Brazil'. In: *Brazil-India Relations: Beyond the 70 Years*. Brasília: Funag.

Chakrabarty, B., e Jha, B. K. (2020). *Hindu nationalism in India: ideology and politics*. Abingdon: Routledge.

Chowdhury, D. R. (2021). 'Is India headed for an Anti-Muslim genocide?' *Time*, 04 outubro. Disponível em: <https://time.com/6103284/india-hindu-supremacy-extremism-genocide-bjp-modi/>. [Acesso em: 29 novembro 2021].

'Commonwealth Games Scam.' (2020) *Times of India*. 7 fevereiro. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/miscellaneous/commonwealth-games-scam/articleshow/56032112.cms>. [Acesso em: 31 outubro 2021].

Dalal, R. (2014) *Hinduism: an alphabetical guide*. 2ª ed. New Delhi: Penguin.

Daldegan, W.; Carvalho, C. E. (2021a) 'Na Cúpula dos Brics, sucesso da Índia'. *Valor Econômico*, <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/na-cupula-dos-brics-sucesso-da-india.ghtml>.

Daldegan, W.; Carvalho, C. E. (2021b) 'The status of the BRICS, 20 years later.' *e-International Relations*, Opinion, 2021/11/18, <https://www.e-ir.info/2021/11/18/opinion-the-status-of-the-brics-20-years-later>

Dow Jones Newswires. (2021). 'Índia revogará leis agrícolas após fortes protestos de produtores.' *Valor Econômico*, 19 novembro. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/11/19/india-revogara-leis-agricolas-apos-fortes-protestos-de-produtores.ghtml> [Acesso em: 29 Novembro 2021].

Ellis-Petersen, H. (2020). 'Nationwide farmers' strike shuts down large parts of India.' *The Guardian*, 08 dezembro. Acesso em: 30 abril 2021. <https://www.theguardian.com/world/2020/dec/08/nationwide-farmers-strike-shuts-down-large-parts-of-india>.

Gabriel, J. P. N. (2019). O lobby indo-americano no Congresso Americano e o Acordo Nuclear Civil de 2008. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UNESP/UNICAMP/PUC-SP).

Gabriel, J. P. N.; Carvalho, C. E. (2015). 'A Índia, o NBD e o ACR do BRICS: percepções e interesses'. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 36 (129), 53-69.

Gabriel, J. P. N.; Carvalho, C. E. (2017). 'A reforma tributária de Modi'. *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-reforma-tributaria-de-modi.ghtml>.

Gabriel, J. P. N.; Carvalho, C. E. (2020). 'Índia mira além da pandemia'. *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/india-mira-alem-da-pandemia.ghtml>.

Gabriel, J. P. N.; Mandelbaum, H. G.; Carvalho, C. E. (2020). 'The Quad: One More 'Minilateral' Initiative, not an Embryonic Military Alliance in the Indo-Pacific Region', *Carta Internacional*, 15(2), 52-82.

Ganguly, S. (2019). 'India Under Modi: Threats to Pluralism.' *Journal of Democracy*, 30(1), pp. 83-90.

Goel, V., e Gettleman, J. (2020). Under Modi, India's Press Is Not So Free Anymore'. *The New York Times*, 2.

Hall, I. (2017). 'Narendra Modi and India's normative power'. *International Affairs*, 93(1), pp. 113-131.

Hansen, T. B. (2019). 'Democracy against the law: reflections on India's illiberal democracy.' In Chatterji, A. P., Hansen, T. B., E Jaffrelot, C. (eds.), *Majoritarian State: how Hindu nationalism is changing India*. New York: Oxford University Press, pp. 19-40.

Ikenberry, G. J. (2017). 'The Plot Against American Foreign Policy: Can the Liberal Order Survive?' *Foreign Affairs*, 96(3), pp. 2-9.

Jaffrelot, C. (1996). *The Hindu nationalist movement and Indian politics – 1925 to the 1990s: strategies of identity-building, implantation and mobilisation (with special reference to Central India)*. London: Hurst.

Jaffrelot, C. (2016). 'The Hindu nationalist strategy of stigmatisation and emulation of 'threatening Others': an Indian style fascism?' In L. König E B. Chaudhuri (eds.), *Politics of the 'Other' in India and China: Western concepts in non-Western contexts*. Abingdon: Routledge.

Jaffrelot, C. (2019) 'A de facto ethnic democracy? Obliterating and targeting the other, Hindu vigilantes, and the ethno-state'. In A. P. Chatterji, T. B. Hansen E C. Jaffrelot (eds.), *Majoritarian state: how Hindu nationalism is changing India*. New York: Oxford University Press.

Jaffrelot, C. (2021). *Modi's India: Hindu nationalism and the rise of ethnic democracy*. Princeton: Princeton University Press.

Jaffrelot, C. (ed.). (2007) *Hindu nationalism: a reader*. Princeton: Princeton University Press.

Jaffrey, S. (2021). 'Right-wing populism and vigilante violence in Asia.' *Studies in Comparative International Development*, 56, pp. 223–249.

Jaishankar, S. (2020). *The India way: strategies for an uncertain world*. Noida: HarperCollins.

Jha, S. (2014). 'Challenges in the history of colours: The case of saffron'. *Indian Economic Social History Review*, 51(2), pp. 199-229.

Kanungo, R. P., Rowley, C., and Banerjee, A. N. (eds.). (2018). *Changing the Indian economy: renewal, reform and revival*. Amsterdam: Elsevier.

Khan, Z. A. (2020). Development in Indo-Israel Defence Relations Since 9/11: Pakistan's Security Concern and Policy Options. *South Asian Studies*, 26(1), pp. 131-151.

Kingston, J. (2017) *Nationalism in Asia: a history since 1945*. Chichester: Wiley-Blackwell.

Krasner, S. D. (1985). *Structural conflict: the Third World against global liberalism* (Vol. 12). Berkeley: University of California Press.

Kumar, R. (2002). 'India: a 'nation-state' or 'civilization-state'?' *South Asia*, 25(2), pp. 13–42.

Kumar, V. (2016). 'Chopper scam: Long-drawn legal battle ahead.' *The Hindu*, 13 junho. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/chopper-scam-longdrawn-legal-battle-ahead/article4428630.ece>. [Acesso em: 31 outubro 2021].

Kumaraswamy, P. R. (2018). 'Reading Modi's visit to Israel.' *India Quarterly*, 74(1), 1–16.

Leslie, J. G. (2017). 'Netanyahu's populism: An overlooked explanation for Israeli foreign policy.' *SAIS Review of International Affairs*, 37(1), pp. 75-82.

Luo, Z., e Przeworski, A. (2019). 'Democracy and its vulnerabilities: Dynamics of democratic backsliding.' *SSRN*. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3469373>. [Acesso em 2 setembro 2021].

Mações, B. (2020). 'The attack of the civilization-state.' *Noema*, 15 junho. Disponível em: <https://www.noemamag.com/the-attack-of-the-civilization-state/> [Acesso em: 30 outubro 2021].

Miller, M. C. (2018). 'India's Authoritarian Streak: What Modi Risks with His Divisive Populism.' *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/india/2018-05-30/indias-authoritarian-streak>. [Acesso em: 05 maio 2021].

Miller, M. C.; Estrada, K. S. (2017). 'Pragmatism in Indian foreign policy: How ideas constrain Modi.' *International Affairs* 93.1: 27-49.

Moffitt, B. (2016). *The global rise of populism*. Stanford: Stanford University Press.

Neo, J. L., & Son, B. N. (2019). 'Pluralist Constitutions and the Southeast Asian context.' In J. L. Neo, E B. N. Son (eds.), *Pluralist Constitutions in Southeast Asia*. Oxford: Hart, pp. 1-23.

Ningthoujam, A. (2021). 'India-Israel ties: New opportunities in the Middle East.' *The Diplomat*, 22 de outubro. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/10/india-israel-ties-new-opportunities-in-the-middle-east/> [Acesso em: 28 novembro 2021].

Pande, A. (2017). *From Chanakya to Modi: evolution of India's foreign policy*. Noida: HarperCollins.

Pant, H. V. (2020). 'India and the Middle East: a re-assessment of priorities?' In Pant, H. V. (ed.), *Indian foreign policy in a unipolar world*. 2ª ed. New Delhi: Routledge, pp. 251-276.

Pillai, S.; Lindberg, S. I. (2021). 'Democracy broken down: India.' In Lindberg, S. I. (ed.), *Autocratization turns viral: democracy report 2021*. Gothemburg: V-Dem Institute, pp. 20-21.

Plagemann, J., e Destradi, S. (2019). 'Populism and foreign policy: the case of India'. *Foreign Policy Analysis*, 15(2), 283-301.

Prates, D. M., e Cintra, M. A. M. (2009). 'Índia – A estratégia de desenvolvimento – Da independência aos dilemas da primeira década do século XXI.' In Cardoso Júnior J. C., Acioly, L., E Matijascic, M. (eds.), *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de desenvolvimento de experiências selecionadas*. Brasília: IPEA, pp. 397-453.

Rachman, G. (2019). 'China, India and the rise of the 'civilisation state'' *Financial Times*, 04 março. Disponível em: <https://www.ft.com/content/b6bc9ac2-3e5b-11e9-9bee-efab61506f44> [Acesso em: 30 outubro 2021].

Rai, D. (2020). 'Right to freedom of religion: Articles 25-28 of the Indian Constitution.' *IPleaders*. Disponível em: <https://blog.ipleaders.in/right-to-freedom-of-religion-articles-25-28/>. [Acesso em: 30 novembro 2021].

Ramana, S. (2008). 'Where phalcons dare: India-Israel defence relations.' *IPCS Issue Brief*, 12(68), pp. 1-4.

Ratanlal, R., e Dhirajlal, K. T. (2020). *The Indian Penal Code*. 36a ed. Gurgaon: LexisNexis.

Ray, A. S. (2006). 'Rumo à globalização: aspirações e a apreensões econômicas da Índia no novo milênio.' In Villares, F. (ed.), *Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças*. São Paulo: Editora Unesp e IEEI, pp. 61-144.

Ribeiro, E. H. (2019). *A grande estratégia da Índia: ascensão de uma nova grande potência no século XXI?* Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rothermund, D. (1970). *The phases of Indian nationalism and other essays*. Bombay: Nachiketa Publications.

Saleem, R. M. A. (2021). 'Hinduism, Hindutva and Hindu populism in India: an analysis of party manifestos of Indian rightwing parties.' *Religions*, 12(803), pp. 1-25.

Santana, C. H. V. (2012). *Trajetórias de reformas e mudanças institucionais na semiperiferia: abertura financeira e capacidades estatais no Brasil e Índia*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Santos, F. L. B. (2021). 'Modi's hindu nationalism: neoliberalism and authoritarianism in India'. *Revista Katálysis*, 24(1), 53.

Savarkar, V. D. (1969) *Hindutva: who is a Hindu?* 5ª ed. Bombay: Veer Savarkar Prakashan.

Schmall, E. (2021). 'How India's Farmers, Organized and Well-Funded, Faced Down Modi.' *The New York Times*, 20 novembro. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/11/20/world/asia/india-modi-farmer-protests.html> [Acesso em: 29 de novembro 2021].

Singh, P. (2019). 'Demonetisation 2016 and its impact on Indian economy and taxation.' *Institute for Social and Economic Change*. Disponível em: [http://www.isec.ac.in/WP%20450%20-%20Pratap%20Singh\\_2%20-%20Final.pdf](http://www.isec.ac.in/WP%20450%20-%20Pratap%20Singh_2%20-%20Final.pdf). [Acesso em 2 setembro 2021].

Sitapati, V. (2020) *Jugalbandi: the BJP before Modi*. New Delhi: Penguin.

Smith, A.D. (1995) *Nations and nationalism in a global era polity*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.

Thachil, T. (2014). *Elite parties, poor voters: how social services win votes in India*. New York: Cambridge University Press.

Therborn, G. (2021). 'States, nations, and civilizations.' *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*, 14(2), pp. 225-242.

Tiwari, S, e Kumar, A. (2020). *Legislative brief: agriculture ordinances, 2020*. Disponível em: [https://prsindia.org/files/bills\\_acts/bills\\_parliament/2020/Legislative%20Brief%20-%20Agriculture%20Ordinances,%202020\\_2.pdf](https://prsindia.org/files/bills_acts/bills_parliament/2020/Legislative%20Brief%20-%20Agriculture%20Ordinances,%202020_2.pdf) [Acesso em: 30 abril 2021].

Vaishnav, M. (ed.). (2019). *The BJP in power: Indian democracy and religious nationalism*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.

Vanaik, A. (2018). 'India's Two Hegemonies.' *New Left Review*, 58(112), pp. 29-59.

Vanaik, A. (2021). 'Farmers Are Leading India's Biggest Social Movement in a Generation'. *Jacobin Magazine*, 17 abril. Acesso em: 30 abril 2021. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2021/04/indian-farmers-strike-modi-bjp-social-movements-historical-struggles>.

Vashney, A., Ayyangar, S., e Swaminathan, S. (2021). 'Populism and Hindu nationalism in India.' *Studies in Comparative International Development*, 56, pp. 197–222.

Visweswaran, K. *et al.* (2009). 'The Hindutva View of History: Rewriting Textbooks in India and the United States.' *Georgetown Journal of International Affairs*, 10(1), pp. 101-112.

Voeten, E., Strezhnev, A., Bailey, M. (2009). 'United Nations General Assembly Voting Data.' *Harvard Dataverse*. Disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/LEJUQZ>. [Acesso em 9 setembro 2021].

Wojczewski, T. (2020). 'Populism, Hindu nationalism, and foreign policy in India: the politics of representing "the people".' *International Studies Review*, 22(3), pp. 396-422.